



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 30 DE
NOVEMBRO DE 2018 - Nº 22/2018 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, João Pedro Costa Arraiolos e António da Conceição Moreira. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, dirigente da Unidade Orgânica Financeira, em regime de substituição.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 1 – Substituição de Dívida – Proposta de aprovação das Cláusulas do Contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao limite de Eur. 3.305.346,48.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 2 – Exercício do Direito de Reversão – Lote 41 – Rua João Maria da Costa – COFRAMONTA.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 3 – Minuta de Protocolo de Transferência de Verba destinada à Manutenção e Apetrechamento da Escola EB 2,3/S de José Relvas – Alpiarça.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 4 – Operação de Destaque Nº 2/2018.



Requerente: Helena Maria Guedes de Sousa Canavarro Vaz de Almada

Para Deliberação:

Ponto 5 – Licença Especial de Ruído, com início às 22,00h do dia 01/12/2018 e termo às 02,00h do dia 02/12/2018, para realização de um evento “Noite de Baile”, a realizar na Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima, em Alpiarça. Requer isenção de Taxa.

Requerente: Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram nove horas e quinze minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezoito, com um total de disponibilidades de 283.056,42 €.

O Presidente colocou de seguida uma proposta de Ata à discussão.

PROPOSTA DE ATA N.º 20/2018 – REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2018

A Vereadora Sónia Sanfona propôs as seguintes alterações: na página treze, linha nove, onde se lê “... genericamente incompreensivelmente ...”, deve ler-se “... compreensivelmente ...”; na página dezasseis, linha oito, onde se lê “... até justificadas ...”, deve ler-se “... muito elevado ...”.

O Vereador António Moreira propôs também as seguintes alterações: na página seis, linha dezassete, onde se lê “... que não tido grandes ...”, deve ler-se “... que não tem tido grandes ...”, na página sete, linha onze, na intervenção da Vereadora Sónia Sanfona, onde se lê “... continuam a estar junto ...”, deve ler-se “... continuam a permanecer junto ...”.

O Presidente colocou a Ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com as alterações propostas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:



Presidente da Câmara

Deu a palavra aos Vereadores para colocarem as questões que considerem de interesse para o Município.

Vereadora Sónia Sanfona

Solicita alguns documentos, nomeadamente documentos relativos à situação global dos prédios dos legados, os contratos de arrendamento e quais são os que se encontram devolutos. Reiterou um outro pedido, sobre o reporte da Nersant, em relação ao acompanhamento feito no gabinete de apoio ao empresário, do Município de Alpiarça. Pediu também o reporte financeiro do protocolo estabelecido entre o Município e o Clube Desportivo “Os Águias”, relativamente à utilização das Piscinas. Solicitou também informação sobre a reunião da Comunidade Intermunicipal relativa à distribuição de verbas dos fundos comunitários e qual o ponto de situação para Alpiarça. Pretende ainda saber da apresentação das novas funções da Ecoléziria, relativamente à recolha de resíduos e que tipo de retorno terá para o município, dadas as dificuldades e as fragilidades nesta matéria. Disse que na ultima reunião propôs que a Câmara desenvolvesse, por sua iniciativa, um debate alargado sobre o estado da barragem e que para esse debate convidasse a tutela, elementos técnicos especializados nesta área e que integrasse também as forças vivas do Concelho, por forma a estabelecer um debate alargado em torno desta questão.

Vereador António Moreira

Começou por referir que há uma casa abandonada na Rua Comandante Fontoura da Costa, nº 113, 115, que está a interferir com as casas dos vizinhos do lado, uma vez que o lixo está a invadir essas habitações e chama a atenção para essa situação. Mencionou que o Município está a recuperar uma casa do município na Rua Queiroz Vaz Guedes, mas que, pelo que viu, a casa não vai ficar em condições de habitabilidade.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Deu conhecimento da relação dos trabalhos realizados, desde a ultima reunião, com destaque para a limpeza urbana nos lugares do Casalinho, Frade de Cima e Frade de Baixo, bem como nalgumas zonas da sede do Concelho. Destacou também algumas reparações de buracos nos pavimentos.



Presidente da Câmara

Começou por dizer que os documentos solicitados pela Vereadora Sónia Sanfona serão entregues. Informou que em reunião do Conselho Municipal da CIMLT, a Nersant apresentou um projeto de promoção externa do Ribatejo, na sua área de abrangência, no estrangeiro e de captação de investimento para a nossa região. Este projeto será feito em colaboração com as autarquias, a CIMLT e a Nersant, numa conjugação de esforços para atrair investimento à região. Disse, em relação às verbas dos fundos comunitários, que a reunião realizada na CIMLT, não foi ainda conclusiva, no que diz respeito à distribuição das verbas. Acrescentou que a situação da Unidade de Cuidados continuados continua como uma possibilidade e que fora da contratualização existem algumas responsabilidades já assumidas, como é o caso do Quartel da GNR e as obras da Escola Secundária de José Relvas. Sobre a Ecolezíria informou que no modelo que foi aprovado recentemente, com o serviço em Alta e Baixa, apenas avançam os concelhos de Almeirim e Coruche, cujo início está previsto para o início do ano de dois mil e dezanove. Os restantes, Alpiarça, Cartaxo, Salvaterra de Magos e Benavente, mantêm a situação anterior, ou seja, o serviço em Alta, de deposição, tratamento e valorização. Referiu ainda um projeto da Ecolezíria, para recolha seletiva porta a porta, um projeto inovador que vai ser iniciado e envolve todos os Municípios da empresa. Em relação à barragem disse que tudo o que seja discussão pública e participação dos cidadãos é algo interessante. Realçou no entanto que há um trabalho já feito e um conjunto de diligências estabelecidas, havendo, na sua opinião, dois modelos de solução para o problema da eutrofização da barragem; um passa pela recuperação do sistema da descarga de fundo e outro pela limpeza do fundo através de um processo de sucção do lodo e a sua descarga em locais de decantação. Relativamente à situação da casa na Rua Comandante Fontoura da Costa disse que conhece a situação e que está a ser tratada a parte burocrática, para posse administrativa do prédio e só depois a Câmara pode intervir.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Sobre a casa do Município na Rua Queiroz Vaz Guedes, esclarece que o prédio está a ser objeto de intervenção e recuperação, com meios do município, que são escassos. Só no final da obra se verificará se as mesmas estão em condições de habitabilidade.

A Vereadora Sónia Sanfona pergunta se existe algum projeto da recuperação, ao que o Vereador



Carlos Jorge Pereira respondeu que não se estão a fazer alterações de fundo, nem das fachadas.

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

Ponto 1 – Substituição de Dívida – Proposta de aprovação das Cláusulas do Contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao limite de Eur. 3.305.346,48.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O vereador João Pedro disse que este ponto trata de operacionalizar as deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal em relação ao processo de substituição de dívida.

A Vereadora Sónia Sanfona disse que sendo esta uma proposta única, verifica-se a impossibilidade de qualquer tipo de negociação que, eventualmente, poderia levar a alguns ganhos, não deixando de salientar que o spread apresentado é competitivo.

O Vereador António Moreira referiu os custos com a Comissão de Acompanhamento, são altos e deseja que o município cumpra com todas as cláusulas, referindo-se ao cumprimento dos pagamentos das prestações mensais e das suas penalizações em caso de incumprimento.

O Vereador João Pedro Arraiolos referiu que o clausulado é o que acontece normalmente em todos os contratos e até em acordos de pagamento ou de outros empréstimos. Quanto à Comissão de Acompanhamento esclareceu que faz parte da relação comercial entre as partes.

Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou o Ponto à votação, que foi aprovado por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, dos Vereadores do partido Socialista.

Ponto 2 – Exercício do Direito de Reversão – Lote 41 – Rua João Maria da Costa – COFRAMONTA.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O Engenheiro José Portugal esclareceu os fundamentos desta operação.

Esclarecidas as dúvidas, o Presidente colocou o Ponto à votação, tendo sido deliberado não exercer



o direito de reversão do referido Lote 41 da Rua João Maria da Costa, por parte da Câmara, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 3 – Minuta de Protocolo de Transferência de Verba destinada à Manutenção e Apetrechamento da Escola EB 2,3/S de José Relvas – Alpiarça.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O presidente referiu que esta operação trata de protocolar a transferência de dez mil euros anuais para o Agrupamento de Escolas de José Relvas, dos vinte mil que o Município recebe do contrato de execução assinado com o Ministério da Educação em dois mil e oito.

A Vereadora Sónia Sanfona começou por solicitar uma relação da execução da verba dos dez mil euros que ficam a cargo da Autarquia, ou seja, do montante que não foi transferido e que ficou na posse da Câmara. Em relação à execução do protocolo anterior, disse que só foi entregue o relatório e não as cópias de todas as faturas, como havia sido solicitado. Sobre as faturas apresentadas pediu alguns esclarecimentos e questionou a existência de dois bares na Escola sede. Relativamente ao presente protocolo entende que não tem condições para o votar favoravelmente, porque considera que, conforme é a sua convicção, a Escola não precisa de uma verba de dez mil euros, para fazer face às eventuais reparações, ou então não sabe utilizar essa mesma verba. Sugere que o município avalie os termos do presente protocolo e que o faça transferindo uma verba mais pequena, com uma melhor fiscalização da sua execução.

O Vereador António Moreira disse que este protocolo o deixa apreensivo. Acha no entanto que a verba em causa e que é transferida até é pequena, para as necessidades da Escola. Entende que as verbas deveriam ser utilizadas na resolução de pequenos problemas.

O Vereador João Pedro Arraiolos disse que, em relação a algumas obras, é preciso não esquecer que, desde Março que não há protocolo, estando essa responsabilidade a cargo da Autarquia. Sobre a questão da justificação refere que há uma verba que a Câmara recebe e que tem de aplicar na Escola, cumprindo o que está descrito.

O Presidente realçou que a ideia é que os protocolos sejam cumpridos, não deixando de referir que houve alguma negligência no primeiro, com um conjunto de situações que não ficaram claras e que não foram entendidas da mesma forma pela Câmara e pela Direção do Agrupamento, questões



que vieram a ser ultrapassadas. Disse ainda que houve uma interpretação divergente em relação a alguns aspetos, situação que foi sendo afinada, admitindo que o não tenha sido na totalidade. Transmitiu também que um dos problemas poderá ser o facto de o próprio contrato de execução não ser muito claro nalguns dos seus termos, referindo concretamente o termo “apetrechamento” que é muito lato e dá para muitas interpretações. Falou sobre a intervenção global que está prevista para a Escola e que a Câmara vai assumir uma contrapartida, da parte da componente nacional, que vai para além do que é a responsabilidade da Autarquia, mas que se considerou importante para a realização da obra. Em relação à verba do protocolo, acha que quem está mais perto dos problemas, tem melhores condições para os resolver e está convicto que o período de vigência do novo protocolo será muito mais acompanhado e está mais claro quanto ao seu entendimento.

A Vereadora Sónia Sanfona entende que não houve uma opinião divergente em relação à interpretação do anterior protocolo, mas sim incumprimento do mesmo e perguntou porque é que o protocolo tem de ser de dez mil euros, considerando que no protocolo anterior essa verba não foi gasta.

O Presidente esclarece que a verba que não foi gasta do protocolo anterior, foi retida pelo estado, por uma prática que não é favorável ao bom funcionamento dos serviços públicos, de cativações de verbas e camuflagem do défice. Realçou ainda que não havia a perspetiva clara por parte da gestão da Escola, relativamente a essa possibilidade. Afirmou ainda que é muito fácil gastar dez mil euros naquela Escola ou muito mais. Salientou que o que se vai fazer é transferir o mesmo valor, pedir a justificação da sua utilização, em obras e intervenções de manutenção e apetrechamento no sentido da substituição de materiais, bem como exigir o cumprimento da elaboração dos relatórios semestrais.

O Presidente colocou de seguida o Ponto à votação, que foi aprovado por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, dos Vereadores do Partido Socialista.

Ponto 4 – Operação de Destaque Nº 2/2018.

Requerente: Helena Maria Guedes de Sousa Canavarro Vaz de Almada

Para Deliberação:

O Engenheiro José esclareceu que se trata de um processo de destaque de uma parcela, da Quinta



da Torre.

Não houve intervenções.

O Presidente colocou o Ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade, de acordo com a informação técnica.

Ponto 5 – Licença Especial de Ruído, com início às 22,00h do dia 01/12/2018 e termo às 02,00h do dia 02/12/2018, para realização de um evento “Noite de Baile”, a realizar na Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima, em Alpiarça. Requer isenção de Taxa.

Requerente: Associação Cultural e Recreativa do Frade de Cima

Para Deliberação:

Não houve intervenções.

O Presidente colocou o Ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade, com isenção de taxas.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram onze horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e assino.